



Prova de Conhecimentos, on-line

Questões de conteúdo específico

1. Sobre conflitos de interesse, assinale a alternativa CORRETA:
 - a) O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação.
 - b) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.
 - c) A sentença oriunda de uma transação ou conciliação é um ato meramente homologatório, tendo o Estado, através de seu representante, disposto sobre a pretensão do conflito.
 - d) A sentença arbitral é título executivo judicial.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:
 - a) Decisão interlocutória é todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não verse sobre o mérito ou extinga o processo.
 - b) Do despacho cabe recurso.
 - c) O que a coisa julgada impede é a continuidade de uma ação idêntica à demanda encerrada e imunizada pelos efeitos da sentença judicial não impugnada, ou tendo sido, com a rejeição do recurso(s).
 - d) Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

3. Assinale a alternativa INCORRETA:
 - a) A homologação da renúncia é uma forma de encerrar o processo com resolução de mérito.
 - b) A homologação da desistência da ação extingue o processo sem resolução de mérito.
 - c) Uma ação é idêntica à outra quando possuir as mesmas condições, interesse e legitimidade.
 - d) A representação processual está para a legitimidade ordinária, assim como, a substituição processual está para a legitimidade extraordinária.

4. Sobre os princípios constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:
 - a) Inversão do ônus da prova, teste físico diferenciado a homens e mulheres e as cotas raciais são exemplos do princípio da igualdade formal.
 - b) O princípio da legalidade permite que qualquer pessoa se socorra do judiciário diante de lesão ou ameaça a direito.



- c) O princípio da presunção ou estado de inocência mantém a primariedade do réu até que se ultime a decisão condenatória transitada em julgado.
- d) O devido processo legal em seu sentido material zela pelo respeito aos procedimentos e ritos, aos prazos, à observância das regras processuais.
5. O princípio da separação dos poderes, também conhecido como sistema de freios e contrapesos, está descrito em qual alternativa:
- a) É assegurado aos brasileiros o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra a ilegalidade ou abuso de poder.
- b) São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- d) Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.
6. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, dentre outros:
- a) Erradicar a pobreza e a marginalização.
- b) Extinguir as desigualdades sociais.
- c) Construir uma sociedade desenvolvida.
- d) Garantir uma sociedade justa.
7. Assinale a alternativa INCORRETA:
- a) A teoria dos frutos da árvore envenenada diz respeito à ilicitude das provas.
- b) É competência do Tribunal de Justiça o julgamento do Prefeito pela prática de crime comum.
- c) A Câmara de Vereadores julga as contas do município.
- d) Com a posse o parlamentar ganha imunidade.
8. A emenda à Constituição Federal poderá ser feita na vigência:
- a) Intervenção Estadual
- b) Intervenção Federal
- c) Estado de Emergência
- d) Estado de Defesa
9. Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:
- a) Conceder-se-á Mandado de Injunção para anular ato lesivo ao patrimônio público ou entidade da qual o estado participe.
- b) O Habeas Corpus pode ser liberatório ou preventivo.
- c) A utilização do Habeas Data para retificação de dados pessoais é facultativa.
- d) O Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.



10. Assinale a alternativa INCORRETA sobre servidores públicos.
- Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;
 - O servidor efetivo só poderá perder o cargo após passar por um Processo Administrativo Disciplinar (PAD), no qual lhe é assegurado o contraditório e ampla defesa;
 - A indenização de prejuízo culposa causado ao erário somente será liquidada na forma prevista em lei, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial;
 - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida;
11. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Dessa forma, assinale a alternativa CORRETA.
- A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave;
 - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, podendo exceder de 90 (noventa) dias;
 - Será punido com suspensão de até 30 (trinta) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação;
 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em advertência, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço;
12. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei. Assinale a alternativa CORRETA.
- Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades, notadamente facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas na lei;



b) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades, notadamente receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

c) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, notadamente, deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

d) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, notadamente perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

13. A respeito de licitação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A licitação será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público apenas os atos de seu procedimento, ou salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura;
- b) As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão a lei e, em particular, à seguinte sequência: projeto básico; projeto executivo; execução das obras e serviços;
- c) É permitido aos agentes públicos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais;
- d) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, não serão precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei;

14. Contrato administrativo tem por definição o ajuste firmado pela administração pública, agindo nesta qualidade, com particulares, ou com outras entidades administrativas, nos termos estipulados pela própria administração pública contratante, em conformidade com o interesse público, sob regência predominantemente do direito público. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os contratos administrativos devem ser precedidos de licitação, somente inexigível, dispensada ou dispensável nos casos previstos em lei;
- b) A alteração unilateral do contrato administrativo deve sempre ter por escopo a sua melhor adequação às finalidades de interesse público;
- c) Como regra geral, a duração dos contratos administrativos é limitada à vigência dos respectivos créditos orçamentários;



d) A teoria da imprevisão caracteriza inadimplemento do contrato administrativo o descumprimento apenas parcial de suas cláusulas por parte da administração pública;

15. Assinale a alternativa CORRETA sobre as modalidades de licitação.

- a) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- b) Concurso é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- c) Convite é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

GABARITO OFICIAL														
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
D	B	C	C	B	A	D	A	A	C	A	C	B	D	A



Questões sobre educação à distância

1. Nos últimos meses, o Ministério da Educação (MEC) publicou três portarias que tratam da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais (Portarias nº 343, 345 e 544/2020) nas instituições de educação superior, enquanto durar a situação de pandemia da Covid-19. No entanto, mesmo sem considerarmos as condições especiais estabelecidas por tais portarias, atualmente já há legislação que autoriza a oferta de carga horária a distância para cursos de graduação presenciais. Em linhas gerais, a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019 estabelece que em relação aos cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Ensino Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino:
 - a) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 20% da carga horária total do curso.
 - b) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
 - c) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais devidamente reconhecidos, até o limite de 20% da carga horária total do curso.
 - d) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais devidamente reconhecidos, até o limite de 40% da carga horária total do curso.
 - e) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 50% da carga horária total do curso.

2. De acordo com a Portaria nº 2.117, de 06 de dezembro de 2019, poderão introduzir carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD), os cursos de graduação presenciais ofertados por IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com exceção de:
 - a) Cursos de Exatas;
 - b) Cursos de Engenharia;
 - c) Cursos de Saúde;
 - d) Cursos de Medicina;
 - e) Cursos de Humanas.

3. Nos últimos meses, em razão da pandemia de COVID-19 e da necessidade de isolamento social, o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para intermediar a interação remota entre professores e alunos passou a ser ainda mais exigido. Considerando tais necessidades, podemos dizer que o Moodle possui destaque, pois trata-se de:
 - a) Um sistema de gerenciamento de videoconferência, com recursos que permitem a gravação e publicação dos vídeos das reuniões de forma que apenas os seus participantes tenham acesso aos materiais gravados.



- b) Uma linguagem modular de programação que utiliza marcadores e atributos para criar páginas web, cujos códigos são interpretados pelos navegadores, de forma a permitir a organização de conteúdos educacionais em uma estrutura de hipertexto.
 - c) Um ambiente virtual de aprendizagem utilizado para o desenvolvimento, a distribuição e o gerenciamento de materiais educacionais, permitindo a aplicação de atividades de ensino-aprendizagem e o acompanhamento contínuo do desempenho dos estudantes.
 - d) Um repositório indexado de trabalhos acadêmicos e de objetos de aprendizagem de domínio público, que permite o acesso às pesquisas que são publicadas nos principais periódicos de educação do mundo.
 - e) Uma plataforma de compartilhamento de notícias educacionais, assim como livros, artigos, teses, dissertações e outros trabalhos acadêmicos.
4. “Pode ser usada de forma assíncrona, ou seja, para que aconteça a interação, os participantes não precisam estar online ao mesmo tempo. Essa ferramenta consiste em um importante espaço para debates entre os participantes, pois as mensagens postadas pelos participantes ficam gravadas e organizadas por assuntos e assim que um participante acessar a ferramenta pode responder às mensagens.”
O texto acima discute sobre qual ferramenta do Moodle?
- a) Questionário.
 - b) Chat.
 - c) Lição.
 - d) Enquete.
 - e) Fórum.
5. “Sendo particularmente útil para a produção colaborativa de textos, nele os participantes adicionam e editam uma coleção de páginas informativas. Dotado de um sistema que permite o armazenamento de um histórico de versões anteriores de cada página, permite listar as edições feitas por cada participante. Entre as aplicações possíveis deste recurso podemos citar: o registro do conhecimento organizacional.”
O texto acima se refere a qual recurso do Moodle?
- a) Wiki.
 - b) Sistema de controle de versões (ou versionamento).
 - c) SCORM/AICC.
 - d) Uniform Resource Locator (URL).
 - e) Objetos de Aprendizagem.

GABARITO OFICIAL				
01	02	03	04	05
B	D	C	E	A